



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638628 - SP (2021/0001397-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO CÉSAR JERONYMO - SP235675
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PABLO VINICIUS SILVA OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : WESLEI PRATES FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de PABLO VINICIUS SILVA OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2260644-90.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 9/4/2020, pela suposta prática do crime descrito no art. 157, § 2º, incisos II e V, do CP, tendo sido oferecida e recebida a inicial acusatória em 13/2/2020.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que haveria excesso de prazo para o fim da instrução, não tendo a defesa contribuído com nenhum entrave processual.

Aduz que, ante a ausência de justificativa concreta para a prisão e considerando a presunção de inocência estampada na Carta da República, bem como as disposições contidas na Recomendação CNJ n. 62/2020, a custódia do réu deveria ser relaxada.

Sustenta que a segregação provisória do agente poderia ser substituída por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, que seja concedida a prisão domiciliar ao paciente até o julgamento do mérito do presente *writ*.

Por fim, pede a concessão da ordem com a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano, o que não se identificou na espécie, haja que, em princípio, os fundamentos que ensejaram a manutenção do decreto preventivo mostram-se concretos e pautados nas particularidades do agente e do fato imputado (fls. 58-60).

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade na decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 45-46):

E, como anotado pelo MM. Juízo a quo, o paciente é acusado de delito cometido com o emprego de violência ou grave ameaça a pessoa e não pertence ao grupo de risco de contrair o Covid-19.

Ressalte-se, por importante, que em 08 de abril de 2020, o Secretário da Administração Penitenciária encaminhou ofício à Corregedoria Geral de Justiça informando sobre as medidas de enfrentamento do CORONAVÍRUS no sistema carcerário, as quais estão em consonância com as diretrizes dos órgãos de saúde, em suas esferas, bem como com aquelas estabelecidas pelas autoridades sanitárias do Estado de São Paulo, no que tange à prevenção do vírus nos estabelecimentos penais e, em 13 de maio do corrente ano, por meio de novo, atualizou as informações, destacando a reposição de insumos de limpeza e higiene adquiridos pela Pasta, recebidos do Departamento Penitenciário Nacional, além dos doados e a distribuição de mais de 70 mil máscaras reutilizáveis aos custodiados, prioritariamente nos presídios com elevado índice de suspeita de infecção, como forma de conter a velocidade de contaminação das pessoas privadas de liberdade. E, no que se refere aos cuidados à saúde, anotou-se que o atendimento aos custodiados continua fazendo frente às necessidades, sendo certo que, em 154 unidades há, ao menos, um profissional de saúde pertencente aos quadros da Secretaria da Administração Penitenciária, para o pronto atendimento, além das equipes médicas que atendem 59 unidades e que, na ausência de equipe de saúde o custodiado poderá ser atendido na rede pública local.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente